



“AS MULHERES” NOS DOCUMENTOS DO PAPA JOÃO PAULO II: UM MODELO ASSIMÉTRICO AINDA NÃO SUPERADO

Perla Cabral Duarte Doneda*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a análise bibliográfica dos documentos pontifícios do Papa João Paulo II que tratam do modelo de mulher, na visão da Igreja Católica Apostólica Romana. Na perspectiva de gênero, é possível observar a representação social das mulheres desenvolvida pela hierárquica católica, cujo corpo eclesial é totalmente masculino, logo, o patriarcado se faz presente na manutenção do poder e na elaboração normativa. Para tanto, os documentos pontifícios analisados foram: a Exortação Apostólica *Familiares Consortio*, de 1981; a Carta Encíclica *Redemptoris Mater*, de 1987; a Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem*, datada de 1988; a Carta Apostólica *Ordinatio Sacerdotalis*, de 1994; a Carta Às Famílias, do ano de 1994; a Carta Às Mulheres, de 1995 e, por último, a Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a *Colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*, do ano de 2004. Conforme estes documentos, há um único modelo de mulher a ser seguido por todas as mulheres, uma vez que, Maria é a representação única do feminino, segundo João Paulo II. Sendo assim, vocação e dignidade mariana deve ser imitada por todas as mulheres. De acordo com o processo de análise destes documentos, palavras-chave foram se aglutinando, o que originou um ranking delas, sugerindo normas e condutas cristãs às mulheres, revelando os processos de linguagem e de materiais simbólicos, utilizados nas práticas religiosas. Ademais, na visão da Igreja Católica, as mulheres devem seguir esse modelo para assim manter a feminilidade, a ordem familiar e, principalmente, a ordem religiosa e social.

Palavras-chave: Mulheres; Igreja Católica; Documentos de João Paulo II; Representações de gênero.

* Mestra em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Bacharel em Teologia pelo Claretiano Centro Universitário. Membro do Grupo de Pesquisa de Gênero e Religião Mandrágora/NETMAL.



“THE WOMEN” IN THE DOCUMENTS OF POPE JOHN PAUL II: AN ASYMMETRIC MODEL STILL NOT OVERCOMED

ABSTRACT

This article aims to present the bibliographical analysis of the papal documents of Pope John Paul II that deal with the model of woman in the view of the Roman Catholic Church. From a gender perspective, it is possible to observe the social representation of women developed by the hierarchical Catholic, whose body is totally male, so patriarchy is present in the maintenance of power and normative elaboration. To this end, the pontifical documents analyzed were: the Apostolic Exhortation *Familiales Consortio*, of 1981; the Encyclical Letter *Redemptoris Mater*, 1987; the Apostolic Letter *Mulieris Dignitatem*, dated 1988; the Apostolic Letter *Ordinatio Sacerdotalis*, 1994; the *Charter for Families*, of the year 1994; the 1995 *Women’s Charter* and, finally, the Letter to the Bishops of the Catholic Church on the *Collaboration of Man and Woman in the Church and in the World* of 2004. According to these documents, there is a single model of woman to be followed by all women, since, Mary is the unique representation of the feminine, according to John Paul II. Therefore, Marian vocation and dignity must be imitated by all women. According to the process of analysis of these documents, keywords were grouped together, which originated a ranking of them, suggesting Christian norms and behaviors to women, revealing the processes of language and symbolic materials used in religious practices. Moreover, in the view of the Catholic Church, women must follow this model in order to maintain femininity, the family order and, above all, the religious and social order.

Keywords: Women; Catholic church; Documents of John Paul II; Representations of gender.

“LAS MUJERES” EN LOS DOCUMENTOS DEL PAPA JUAN PABLO II: UN MODELO ASIMÉTRICO INCLUSO NO SUPERADO

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo presentar el análisis bibliográfico de los documentos pontificios del Papa Juan Pablo II que tratan del modelo de mujer, en la visión de la Iglesia Católica Apos-



tólica Romana. En la perspectiva de género, es posible observar la representación social de las mujeres desarrollada por la jerárquica católica, cuyo cuerpo eclesiástico es totalmente masculino, luego, el patriarcado se hace presente en el mantenimiento del poder y en la elaboración normativa. Para ello, los documentos pontificios analizados fueron: la Exhortación Apostólica *Familiales Consortio*, de 1981; la Carta Encíclica *Redemptoris Mater*, de 1987; la Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem*, de 1988; la Carta Apostólica *Ordinatio Sacerdotalis*, de 1994; la Carta a las Familias, del año 1994; la Carta a las mujeres, de 1995 y, por último, la Carta a los obispos de la Iglesia Católica sobre la *Colaboración del hombre y de la mujer en la Iglesia y en el mundo*, del año 2004. Conforme a estos documentos, hay un único modelo de mujer a ser seguido por todas las mujeres, ya que, María es la representación única de lo femenino, según Juan Pablo II. Por lo tanto, la vocación y la dignidad mariana deben ser imitadas por todas las mujeres. De acuerdo con el proceso de análisis de estos documentos, palabras clave se aglutinaron, lo que originó un ranking de ellas, sugiriendo normas y conductas cristianas a las mujeres, revelando los procesos de lenguaje y de materiales simbólicos, utilizados en las prácticas religiosas. Además, en la visión de la Iglesia Católica, las mujeres deben seguir ese modelo para así mantener la feminidad, el orden familiar y, principalmente, el orden religioso y social.

Palabras clave: Mujeres; Iglesia Católica; Documentos de Juan Pablo II; Representaciones de género.

INTRODUÇÃO

O presente artigo oferece o resultado da análise dos documentos pontificios do Papa João Paulo II que tratam do papel da mulher, na visão da Igreja Católica, bem como provoca no leitor e na leitora, como a Igreja a partir deste Pontífice permanece sem mudanças concretas, influenciando, com seu discurso religioso, a vida das mulheres cristãs, dentro e fora do espaço religioso.

Para realizar esse trabalho, o mesmo sustentou-se sobre teóricas renomadas nas áreas da teologia feminista e dos estudos de gênero,

como: Joan Scott¹, Ivone Gebara², Suely Kofes³ e Marcela Lagarde⁴. O objetivo é demonstrar o alcance da linguagem religiosa às mulheres e a influência em suas vidas, possibilitando identificar na construção social, a presença dos documentos pontifícios que, conseqüentemente, resultam na representação social. Para tal, utilizamos a teórica Maria Cecília de S. Minayo⁵, cuja contribuição problematiza sobre o espaço e o papel das mulheres em confronto com as representações de gênero que a Igreja Católica reproduz. Isso é possível, uma vez que a religião “tem sido analisada em sua capacidade de controle dos corpos. É nos corpos que se constroem os sentidos de gênero que afetam todas as dimensões da vida em sociedade” (Sandra Duarte de SOUZA; Naira Pinheiro dos SANTOS, 2015, p. 25). Um corpo determinado é um corpo suprimido de seus potenciais.

Dessa forma, pensar os corpos das mais variadas mulheres pelo mundo, choca-se com o modelo exclusivo, perfeito e “controlado”

¹ “O gênero se torna uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Joan SCOTT, 1989 p. 7).

² “Gênero é considerado um importante instrumento para mostrar a inadequação das diferentes teorias explicativas da desigualdade entre homens e mulheres por meio da natureza biológica. Concretamente, trata-se de mostrar que poderes atuam na divisão social do trabalho e na organização dos diferentes aspectos da vida em sociedade, ligados à relação entre homens e mulheres (Ivone GEBARA, 2000 p. 104).

³ “Gênero seria o conhecimento sobre a diferença sexual. Conhecimento entendido como: sempre relativo; produzido por meios complexos, isto é, por amplos e complexos quadros epistêmicos e referindo-se não apenas às ideias, mas também às instituições e estruturas, práticas cotidianas, rituais, enfim tudo aquilo que constituiria as relações sociais” (Suely KOFES, 1992 p. 21).

⁴ “Gênero é uma categoria que engloba, efetivamente a categoria biológica, mas também bio-sócio-psico-econômico-político-cultural. A categoria gênero analisa a síntese histórica que ocorre entre o biológico, o econômico, o social, o jurídico, o político, o psicológico, o cultural; envolve sexo, mas não exaure suas explicações lá” (Marcela LAGARDE, 1990 p. 3).

⁵ “É um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (Maria Cecília de Souza MINAYO, 2009, p. 89).

“Se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada, porém, é a *linguagem*, tomada como forma de conhecimento e de interação social” (Maria Cecília de Souza MINAYO, 2009, p. 108).



de Maria de Nazaré, revelado pela visão assimétrica da Igreja, quando comparado as múltiplas realidades vividas, pelas mulheres, em tempos modernos. As mulheres de hoje não se definem e não se compreendem tão somente pelo modelo de Maria. Na sequência, poderemos compreender a proposta da Igreja, partindo das sínteses dos documentos do Papa João Paulo II, e da constatação e fixidez das normas geradas, para então lançarmos um olhar questionador de como ficarão as mulheres num futuro próximo.

A IGREJA DE JOÃO PAULO II A PARTIR DOS DOCUMENTOS ÀS MULHERES: UM MODELO QUE A QUARENTA ANOS DEFINE O SEU LUGAR

Um primeiro aspecto perceptível nos documentos foi que: mulher e família se entrelaçam e são inseparáveis. A família é o eixo central do discurso religioso cristão, não só do catolicismo, mas é importante dizer que a análise aqui restringir-se-á a Igreja Católica no Papado de João Paulo II. A construção do papel da mulher cristã católica alicerça-se sob o discurso teológico masculino, no qual os desígnios femininos pautam-se conforme o plano de Deus⁶, bem como a importância e o valor do matrimônio, como o sinal da salvação em Jesus. Portanto, é no matrimônio que se vive o amor, a solidariedade, o perdão, a misericórdia, a fraternidade, a partilha, a felicidade, a esperança e a fé. Essas afirmações encontramos no documento, *Familiares Consortio* publicado em 1981, o qual reafirma o valor da família tradicional composta por pai, mãe e prole. O papel da família está para “a formação de uma comunidade de pessoas; o serviço à vida; a participação no desenvolvimento da sociedade; a participação na vida e na missão da Igreja” (FC, 1981 p. 12).

Na tradição cristã católica, bem como por toda a sociedade patriarcal, a mulher sempre teve um papel social, político e econômico diferente, se comparado ao homem. As atividades públicas sempre

⁶ Ivone Gebara ao dizer sobre a teologia feminista convida para que possamos vencer o “fixismo imposto à chamada ‘vontade de Deus’, vontade sempre boa e justa. Mas como se experimenta ‘isso’ enquanto mulheres diversas e plurais?” (2017b, p. 12); ou ainda, “as identidades fixadas biologicamente aparecem como sendo obra da criação divina da qual não podemos fugir. Isso parece querer fornecer uma base sólida de ‘verdade’ e responder às inseguranças do mundo de hoje” (2017b, p. 27).



foram atribuídas ao masculino, enquanto as atividades privadas foram atribuídas às mulheres. Essa divisão do trabalho, num primeiro momento, dá-se por questões biológicas, ou seja, a maternidade coloca a mulher nas obrigações com os filhos e no cuidado da casa, situação que aos homens se estabelece de maneira diferente e nada igualitária. Esse modelo de masculino e feminino é fruto da cultura, mas oriundo desde os primórdios da Igreja, uma vez que pensa a mulher unicamente por Maria, o que corroborou suas construções teológicas a manterem a estrutura de poder masculino, hierárquico, cujo corpo eclesial, ao longo da história seguiu construindo regras e normas, aos seus fiéis, os quais deveriam seguir e atuar esses preceitos compreendidos como universais. Nesse sentido, os documentos proporcionam legitimidade à teologia empregada entre homens e mulheres.

O documento *Redemptoris Mater*, do ano de 1987, trata-se das dimensões teológicas no plano de salvação, no qual Maria, como mãe do redentor faz parte irrevogavelmente, como co-redentora dos homens e mulheres, no mistério de Cristo, como a bem-aventurada Virgem, modelo de mulher à Igreja Católica. Com participação exemplar no plano da salvação deve ser seguida como modelo perfeito de mulher. O documento é um tratado teológico sobre Maria, e evoca sua adesão sincera, obediente e serviçal ao plano de Deus, como aquela que realiza o maior dom de si em favor da humanidade. Fez-se serva do Senhor e vive na obediência e disponibilidade ao plano salvífico, atribuídos como virtuosos aos olhos de Deus. Para a Igreja Católica estes atributos conformam à condição feminina, em outras palavras, as mulheres devem considerar que sua feminilidade passa pelo crivo mariano da serva obediente.

Para explicitar ainda mais o papel religioso-social-cultural das mulheres, no ano de 1988 o Papa João Paulo II escreveu um documento dedicado, especificamente, para elas, o *Mulieris Dignitatem*. Esse documento é um verdadeiro tratado sobre as mulheres que convencionou a maneira de estar e de atuar/viver no mundo afirmando que: a vocação e a dignidade da mulher passa pela maternidade e pela virgindade, ou seja, às mulheres restam dois papéis, o de ser mãe, ou ser virgem. No matrimônio: a maternidade; na virgindade: a vida religiosa. Nesse documento, pensar o feminino é partir do modelo de Maria, como “o



paradigma bíblico da ‘mulher’ *culmina na maternidade da Mãe de Deus*”; “Maria é o ‘novo princípio’ da *dignidade e da vocação da mulher*, de todas e de cada uma das mulheres” (MD, 1988 p. 71). Somente Maria configura o modelo de mulher perfeita, a qual todas as demais devem seguir.

Não se trabalha, nesse documento, a pluralidade de mulheres, a multiplicidade de vidas geográficas, das experiências múltiplas, dos limites múltiplos, das culturas múltiplas e muito menos, o caráter econômico e interseccional, hoje reconhecido em todos os estudos de gênero. A compreensão católica é reducionista, pois biológica. As mulheres estão destinadas à maternidade, com isso, elas estão condicionadas em ser para o outro, ou seja, de estar aberta ao outro, e para o cuidado do outro. Deus confiou⁷ à mulher, o homem/humanidade, que segundo João Paulo II é a realização maior do dom de si mesma, ou seja, é na maternidade que a mulher revela seu maior dom e com isso possibilita que o *gênio feminino*⁸ possa se manifestar. As que optam pela virgindade, segundo João Paulo II são enaltecidas por estarem disponíveis ao serviço da caridade e, assim, totalmente abertas ao outro; na fraternidade e na caridade, desenvolvem a “maternidade” do trabalho comunitário ao próximo⁹.

O espaço e o papel da mulher na Igreja Católica, até o presente momento é extremamente desigual, “o cristianismo até agora não conseguiu uma equidade simbólica de gêneros porque historicamente não conseguiu implantar relações de poder mais igualitárias nas diferentes instâncias de sua organização” (Ivone GEBARA, 2017b, p. 66), especialmente, por não exercerem o mesmo papel que o homem, o de sacerdotisa. O argumento no documento *Ordinatio Sacerdotalis*, de 1994 é

⁷ Esta afirmação encontra-se em *Mulieris Dignitatem*, p. 109 e 110.

⁸ “A Igreja agradece todas as manifestações do « gênio » feminino surgidas no curso da história, no meio de todos os povos e Nações; agradece todos os carismas que o Espírito Santo concede às mulheres na história do Povo de Deus, todas as vitórias que deve à fé, à esperança e caridade das mesmas: agradece todos os frutos de santidade feminina” (MD 1988 p. 114). Também na Carta Às Mulheres, nos parágrafos 10 ao 12, o Papa João Paulo II lembra sobre o “gênio da mulher” que, apesar de dizer dos grandes feitos tentando abranger vários aspectos do trabalho feminino, coloca evidências no serviço ao outro, na caridade.

⁹ Esse trabalho trata-se da educação prestada pelas mulheres e nisso consiste o trabalho de muitas religiosas (cf Carta Às Mulheres 1995 p. 6).



que, Cristo “escolheu os seus Apóstolos só de entre os homens; e o seu magistério vivo, o qual coerentemente estabeleceu que a exclusão das mulheres do sacerdócio está em harmonia com o plano de Deus para a sua Igreja” (OD, 1994 p. 1). São ignorados, por exemplo, a igualdade que o Batismo confirma a todos os batizados¹⁰, o múnus de Cristo (CIC § 871; Gl 3,26-27; 1Cor 12,13), onde todos e todas são sacerdote, profeta e rei. Na perspectiva da igualdade entre homens e mulheres, só o sacerdócio poderia garantir às mulheres a equidade de papéis tornando-as mais participantes nas decisões da Igreja e, assim, possibilitaria o acesso a cargos de poder, permitindo-as atuar na hierarquia da Igreja.

Na Carta Às Famílias, do ano de 1994, o Papa João Paulo II trata da civilização do amor que: sendo o homem e a mulher criados à imagem e semelhança de Deus, lhes são conferidos a reciprocidade mútua em temor a Deus. Portanto, a família, composta por homem, mulher e filhos é a base dessa civilização do amor. Contudo possuem a função de humanizar o mundo, deixando de lado o individualismo, cultivando o personalismo, que é uma forma mais altruísta de atuar no mundo, pois leva a pessoa a ser dom para o outro. O Papa João Paulo II pede que se guarde o devido valor à família e ao papel da mulher, levando em conta o caráter especial da maternidade, uma vez que, dar à luz, amamentar, cuidar e educar, cause “canseira” (Às Famílias 1994 p. 33) às mulheres. Por conseguinte, é digno e valoroso que seu trabalho deva ser reconhecido até mesmo por um valor econômico. Essa questão do valor econômico, chama a atenção em outros dois documentos que relacionam a escolha das mulheres à maternidade com um justo reconhecimento. Podemos averiguar nos documentos *Familiares Consortio*, nas páginas 16 e 17, bem como na Carta aos bispos sobre a *Colaboração do homem e da mulher na Igreja e no Mundo*, que no final do parágrafo 13, diz que se deve assegurar à mulher um valor econômico sem que a escolha pela maternidade a faça cair em desdouro, contudo há que

¹⁰ Já o Papa Francisco trata da igualdade do Batismo no *Evangelii Gaudium*: “O sacerdócio ministerial é um dos meios que Jesus utiliza ao serviço do seu povo, mas a grande dignidade vem do Baptismo, que é acessível a todos. A configuração do sacerdote com Cristo Cabeça – isto é, como fonte principal da graça – não comporta uma exaltação que o coloque por cima dos demais. Na Igreja, as funções «não dão justificação à superioridade de uns sobre os outros” (§ 104).



se superar a mentalidade, a cultura e o respeito a opção à prole, assegurando os direitos necessários para subsistência da família, na qual a mulher pode então ter as duas atividades, a maternidade e a profissão pública, por isso há preocupação com as questões econômicas, caso a mulher decida ocupar-se somente com a maternidade.

Quando o Papa João Paulo II se dirige às mulheres em geral, fora do âmbito da Igreja, acaba por fazer um discurso mais aberto. Isso se deu na Carta Às Mulheres, no ano de 1995, por ocasião da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim. O Papa inicia o seu discurso com vários agradecimentos às mulheres que exercem papéis na sociedade, especialmente, no espaço privado, porém menciona os trabalhos públicos, reconhecendo a enorme contribuição feminina para a edificação da sociedade. A fala nesta carta, sobre as mulheres contém diferenças dos documentos abordados anteriormente, por ser bem mais aberta e discursar a uma conferência que é *ad extra ecclesia*. Por isso, reconhece o processo histórico de marginalização e até mesmo de escravização da mulher e lamenta que a Igreja tenha os seus momentos de participação nesse processo. Diz que é preciso condenar vigorosamente a barbárie que ocorre com os abusos sexuais, o que revela um comportamento onde o homem vê a mulher como sua posse e ou seu objeto. Insiste na igualdade de ambos, que como criação de Deus estão no mesmo nível de direito, são complementares e devem viver em reciprocidade, bem como o valor que juntos formam a unidade dos dois - conceito bem trabalhado em *Mulieris Dignitatem*. No entanto, retoma mesmo que rapidamente, Maria como serva obediente, cujo modelo deve ser seguido e afirma diferenças entre masculino e feminino, o qual se aplica nas relações dentro da Igreja, ou seja, deixa implícito que os papéis de ambos justificam ser diferentes, dentro do espaço institucional, porém, o Papa diz que com isso a mulher não está em diminuta perante o homem. Nas colocações finais, acaba por fechar e conservar o discurso tradicional, quando lembra que o *gênio feminino* é sempre o momento esperado, ou seja, espera-se sempre, o resultado do serviço da mulher ao outro, aos mais pobres e necessitados, o que limita, novamente, o papel da mulher, mesmo que não o tenha feito desde o início desta carta. Portanto, ignora as inúmeras possibilidades



já experimentadas pelas mulheres, nos mais variados espaços públicos e nas mais variadas realidades que a vida as têm inseridas, na sua história e no seu contexto social e econômico. Ademais, a Carta Às Mulheres não traz nada que mude concretamente, o pensamento já expresso nos documentos anteriores.

Para fechar essa primeira parte documental, há a última, uma carta escrita bem no final do seu pontificado, no ano de 2004 que trata da *Colaboração do homem e da mulher na Igreja e no Mundo*. Este documento, a pedido de João Paulo II foi redigido pelo então Cardeal Ratzinger, na ocasião, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé e, posteriormente, aprovado e assinado pelo Papa. O documento é influenciado pelo contexto do novo milênio e da preocupação da Igreja Católica com o modelo de família, ou seja, com a atuação do homem e da mulher diante dos princípios cristãos, especialmente, porque vê como ameaça, a mulher estar na busca de si mesma, colocando-se como “antagônica do homem. Aos abusos de poder, responde com uma estratégia de busca do poder. Um tal processo leva a uma rivalidade entre os sexos, onde a identidade e o papel de um são assumidos em prejuízo do outro” (CHM 2004 p. 1), o que, na percepção da Igreja, geraria confusão e risco nefasto à família. Por isso, alguns temas são reforçados como: a maternidade, o valor do matrimônio, a importância da unidade dos dois e a reciprocidade que deve haver na vida conjugal, entre outros. Há uma peculiaridade nesta Carta, que difere da constante insistência a vida privada das mulheres, mas fala um pouco mais da vida pública que exercem, ou possam vir a exercer na sociedade. Contudo, o discurso da vida pública permanece apenas como uma constatação dos fatos, não como um reconhecimento do valor essencial e real na esfera sócio-política hodierna, nem como incentivo por parte da Igreja. Os novos papéis, nas demais camadas sociais são minimizadas, pois, logo em seguida, o discurso sobre a valorização do doméstico e do cuidado, retornam, como tratamos acima. Na mesma linha dá-se a fala quanto à marginalização sofrida pelas mulheres. Nessa carta, essa denúncia também ocorre, mas não há nenhuma estatística desse fenômeno social, nem se busca a raiz de onde ele se originou e, muito menos, como resolvê-lo.



O discurso pontifício e a prática religiosa se contradizem, uma vez que explicitam a igualdade dos sexos, na dignidade de serem ambos a imagem e semelhança de Deus, no entanto, impugnam-se por não aplicar essa assertiva nem mesmo dentro da instituição. Como esperar que ocorra fora dela? Incongruente ter consciência da dominação e da subordinação das mulheres, dizer a respeito da igualdade a que se deva aprender socialmente, enquanto que na prática eclesial isso não ocorre.

PASSADO E PRESENTE: A FIXIDEZ DA DOUTRINAÇÃO NORMATIVA MASCULINA QUE CATOLICIZA ÀS MULHERES

A velocidade do mundo moderno nos confere dizer que quarenta anos atrás é um tempo considerável, dado a velocidade com que as coisas se aplicam na sociedade. Já se passaram quase 41 anos do pontificado do Papa João Paulo II e os documentos sobre às mulheres continuam sendo os mesmos daquela época. A atuação das mulheres no mundo mudou muito de uns 150 anos para cá, se considerarmos Elizabeth Cady Stanton como um marco da luta pelos direitos das mulheres. Paulatinamente, seu efeito se espalha e dá origem ao movimento feminista, marcado pelo ato das sufragistas. De lá para cá a consciência feminina ganha corpo e cada vez mais as mulheres percebem sua submissão e dominação diante do sexo oposto. A força do movimento feminista atinge todas as comadas sociais, inclusive a religiosa¹¹, onde as inquietações e perguntas são feitas, tendo em vista a libertação integral das mulheres.

Esse fenômeno é percebido pela Igreja, nos últimos cinquenta anos. Estando a Igreja no mundo, obriga-se a se posicionar, no entanto, João Paulo II, na contramão do mundo moderno, fecha o papel da mulher com os documentos *Familiares Consortio* (1981) e, especialmente com *Mulieris Dignitatem* (1988). Por isso, tendo passado o pontificado de João Paulo II,

¹¹ Especialmente porque há quem defenda que se iniciou exatamente por questionamentos religiosos. Segundo Wanda Deifelt (1992) não importa à Igreja se há uma mulher que desconstruiu o episódio de Gênesis: “a coragem, a dignidade e a elevada ambição de Eva por conhecimento – e não somente os simples prazeres de apanhar flores e conversar com Adão. Eva é bem mais proeminente e ativa do que Adão durante todo o drama” (Wanda DEIFELT, 1992, p. 10). Segundo a autora, Stanton imaginava o futuro da humanidade não precisando passar do patriarcado ao matriarcado, mas sim que, homens e mulheres pudessem governar juntos.



as mulheres mereceriam um novo documento, no presente, atualizado, plural, sobre o seu papel social, político, cultural e religioso. Dados os avanços da teologia feminista e os estudos de gênero, faz-se importante e imprescindível à superação, por parte da Igreja, essa visão nada simétrica das mulheres, quando comparada a Maria. “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Joan SCOTT, 1989, p. 21), ou seja, é por essa categoria que teólogas feministas como Ivone Gebara (2017a; 2017b; 2009; 2000), Elizabeth S. Fiorenza (2001; 2009) e Mary E. Hunt (2001) questionam o papel da mulher na religião, na teologia tradicional cristã e seu espaço dentro dessas instituições, bem como a participação na esfera social.

Segundo Ivone Gebara (2017a), a teologia ou a filosofia feminista deve ser pensada a partir do corpo, tanto de forma analítica como empírica, pois é a partir da vida vivida, dos corpos femininos concretos que se deve elaborar uma nova teologia, que busque continuar representando melhor as questões de gênero. A autora lembra que, com o corpo, vem a subjetividade, as emoções, o superficial e o profundo que constitui a vida de todos e todas. “Isto nos convida a sair de uma perspectiva antropológica fixa para acolher a diversidade sempre renovável das coisas, dos nossos corpos e da nossa história pessoal e coletiva” (Ivone GEBARA, 2017a, p. 57). Essa fixidez, segundo Gebara é proeminente da metafísica filosófica platônica, que considerando o limite da matéria – a morte –, o que permitiu à razão criar um mundo perfeito, de coisas perfeitas, de resultados perfeitos e de um Deus Pai perfeito. “Foi por causa do medo da morte, em suas diferentes expressões, que os homens criaram a metafísica, isto é, o pensamento para além da física, para além da materialidade da vida” (Ivone GEBARA, 2017a, p. 25), pois a morte ameaçava extinguir o nosso ser. Com isso, o ideal de mulher perfeita passa por essa lógica do corpo perfeito e das ações perfeitas, logo, se faz de Maria o modelo perfeito.

Nessa perspectiva, os documentos pontifícios aqui analisados, apresentam uma visão fixa de mulher, desenvolvida pela Igreja Católica e denunciada pelos estudos feministas e de gênero. Desta forma foi possível levantar dezesseis palavras comuns nos textos pontifícios que



fazem a função de organizar o pensamento doutrinário-eclesiástico-normativo, assim como dar sentido ao estrato social-religioso, regulando a vida das mulheres sob a justificativa de que Deus quis e quer que a história das mulheres, seja vivida por todas, dentro dessa compreensão, cujo pacote de sentido e conceito cabe à Igreja orientar. As palavras consideradas chave para a representação social da mulher, dentro ou fora do espaço religioso, foram as seguintes: matrimônio, igualdade com dignidade, educação compartilhada, reciprocidade, marginalidade à mulher, maternidade, unidade dos dois, virgindade, não à ordenação de mulheres, complementaridade, atividade pública, serva, atividade privada, dignidade, vocação, obediência e direito à vida. Estão dispostas aqui de acordo com seu grau de importância nos documentos, dispostas na ordem das mais explicitadas e argumentadas nos documentos, ou seja, compõem o *ranking* da linguagem clerical patriarcal, na intenção de direcionar o fiel, em especial as mulheres, de como deve viver a sua vida, seja no campo individual, ou na formação da família e da sociedade. Segue abaixo um quadro que apresenta os resultados desta análise:

TABELA 1: DOCUMENTOS DO PAPA JOÃO PAULO II

Palavras-chaves	Documentos Papa João Paulo II							
	F. C.	R. M.	M. D.	O. S.	Às Fam	Às Mulh.	C. H. M.	TOTAL das arguições
Matrimônio	25	x	08	x	18	01	01	53 (1°)
Igualdade c/ dignidade	04	x	20	x	06	04	04	38 (2°)
Educação compartilhada	05	x	04	x	22	x	x	31 (3°)
Reciprocidade	01	x	08	x	08	03	03	23 (4°)
Marginalidade à mulher	03	x	11	x	01	07	01	22 (5°)
Maternidade	x	01	15	x	x	02	01	19 (6°)



Palavras-chaves	Documentos Papa João Paulo II							
	F. C.	R. M.	M. D.	O. S.	Às Fam	Às Mulh.	C. H. M.	TOTAL das arguições
Unidade dos dois	x	x	12	x	01	02	02	17 (7°)
Virgindade	05	01	11	x	x	x	x	17 (7°)
Não a ordenação	x	x	02	05	x	02	x	09 (8°)
Complementaridade	01	x	01	x	01	03	x	06 (9°)
Atividade Pública	01	x	x	x	01	02	02	06 (9°)
Serva	x	01	02	x	x	01	x	04 (10°)
Atividade privada	01	x	x	x	01	x	02	04 (10°)
Dignidade e vocação	x	x	04	x	x	x	x	04 (10°)
Obediência	x	02	x	x	x	01	x	03 (11°)
Direito a vida	02	x	x	x	01	x	x	03 (11°)

Fonte: a autora. À esquerda as palavras-chave e nos quadros pequenos os respectivos documentos

Nesta seleção de palavras-chave com suas respectivas posições, comprova-se a centralidade da família, uma vez que o matrimônio encontra-se na primeira posição, o que nos faz pensar que a maternidade viria na sequência, no entanto, ela está na quinta posição. A igualdade na perspectiva da dignidade entre homens e mulheres aparece logo em segundo lugar, o que permite dizer que há uma preocupação da Igreja com este valor humano, diante de Deus, entretanto, a Igreja reconhece que é necessário aprender isso socialmente, todavia é necessário à Igreja também, uma vez que as mulheres não são tratadas com equidade no âmbito religioso.



De acordo com esse levantamento, os documentos revelam a vida feminina, sempre no contexto privado, pois, tudo gira em torno do matrimônio, com efetiva realização na maternidade, ou seja, de acordo com a Igreja Católica, a mulher deve casar, ter filhos, cuidar e educar. Os documentos dizem ser esta a vontade de Deus, logo, toda mulher deve estar para esse serviço, na obediência dos planos de Deus. Na discussão feita por Joan Scott (1989), a apresentação da história da mulher mudaria o resultado das relações subjetivas em sociedade, alterando as representações de poder. A autora reclama que: *os poderes estariam distribuídos conforme aquele que detém o poder, estabelecendo o controle diferenciando entre os recursos materiais simbólicos, com isso, gênero torna-se uma construção de poder, em torno de si*¹², ou seja, normatizar os gêneros como: o homem faz isso, a mulher faz aquilo, o homem é isso e a mulher é aquilo. Isso cristaliza-se pelo discurso religioso e hegemônico da Igreja Católica conforme os documentos aqui tratados e se personifica através dos materiais simbólicos, que se encontram nos documentos, nos ritos, nas liturgias, nos hinos, nas imagens e nas grandes celebrações solenes, subjacente à imagem de mulher preterida por Deus, o que além de desconsiderar a multiplicidade de mulheres, garante o poder dos homens, pois são eles que conformam Maria segundo suas interpretações. A igualdade em dignidade, entre homens e mulheres é comprometida, pois a distribuição de poder não se faz com equidade, o que conseqüentemente, anula a virtude de viver a reciprocidade, a unidade dos dois e a complementaridade nas diferenças. Diferenças reais e vividas na vida concreta de pessoas múltiplas e plurais, experimentadas por homens, mulheres e demais gêneros, que não são contemplados

¹² Joan Scott trata disso a partir da página 21 de seu artigo quando ela apresenta os elementos que se relacionam entre si para sedimentarem os papéis a partir do gênero e sua manutenção pelo poder na história e apresenta-os como sendo quatro: Eva com o mito da escuridão, poluição e corrupção em oposição a Maria que representa luz, purificação e inocência. O segundo, seria os conceitos normativos que colocam em evidência o sentido dos símbolos. O terceiro é a construção posterior da história como sendo um consenso social, o que na maioria das vezes não é, mas sim do grupo que o construiu por objetivos em manter o poder. E o último foi o citado acima da identidade subjetiva que é manipulada por aquele que detém o poder e quer mantê-lo, para tanto precisa cristaliza-lo, primeiramente no seu grupo religioso e depois a toda sociedade. Contudo, descriminar que gênero é uma ideologia “maléfica” faz parte dessa cristalização no imaginário social.



com os mesmos direitos. A igualdade nas diferenças continua sendo o grande obstáculo da hermenêutica cristã.

Desde sempre e com a confirmação dos documentos pontifícios, houve e ainda há a regulação dos corpos, sobretudo, femininos. Os homens dizem sobre nós, ordenam nossas escolhas, definem o que deve acontecer com os nossos corpos e dizem o que devemos fazer com ele, inclusive o padrão de beleza a ser alcançado.

Nesse sentido, não existe a “verdadeira pessoa humana”, ou a “natural identidade da mulher e do homem”, senão uma forma de regulamentação das nossas identidades a partir de uma espécie de matriz que por convenção ou por outras razões chamamos de natural, verdadeira e até de vontade divina. A matriz cultural masculina e heterossexual na qual ainda vivemos nos permite perceber que compreendemos as identidades e a chamada moralidade dos comportamentos sexuais a partir dela, e que esta matriz é capaz de culpabilizar aos que não se identificam com ela, ou considerá-los párias da sociedade (Ivone GEBARA, 2017b, p. 37-38).

Passa a ser imprescindível que pensemos sobre todo discurso em torno do papel da mulher, uma vez que se pauta na Maria obediente, a serviço do outro, pronta para cuidar e educar. Nesses moldes garante-se o tempo livre e aberto às conquistas dos homens, à sua contínua construção social de poder hierárquico. Não quero dizer com isso que devamos não mais cuidar, ou que percamos a dimensão fundamental em *estar e ser* ao outro e outra, sobretudo na maternidade, mas isso deve ser atitude e gesto humano não só do feminino.

Esquivando-se em apresentar uma mulher/Maria mais inculturada, próxima a vida vivida por tantas mulheres, dá continuidade ao imaginário religioso do estático e estético feminino, mantendo as relações de poder entre os sexos e direcionando o lugar da mulher na Igreja e fora dela. Insistir que, a vocação e a dignidade da mulher é somente a maternidade e a virgindade, sem reconhecer outras vocações e outros infinitos potenciais femininos é continuar fixando as mulheres, aos abusos masculinos, aos infinitos desrespeitos e a contínua desvalorização. É preciso promover a desconstrução dos papéis de poder e de segregar a inteligência como somente atributo dos homens.



Na virgindade, as religiosas “casam-se” com Jesus e exercem o serviço social, na educação e no cuidado com o outro. Nada impede que mulheres decidam por isso, mas não deve ser a máxima da vocação e da dignidade feminina, ou da alma de uma mulher e muito menos do seu intelecto. A afirmação estreitada sobre as mulheres de acordo com esse corpo eclesial masculino, oferece-nos uma teologia tradicional só masculina, o que produz uma mariologia submissa, mesmo que teólogas feministas já tenham discutido e contestado essa forma de interpretar os textos bíblicos e tenham sugerido uma nova mariologia¹³.

A força da linguagem nos documentos do Papa, está acima das múltiplas e plurais realidades femininas, estas são sumariamente, desconsideradas pelos documentos. A ênfase que se pretende este artigo, em relação à “serva” e à “obediência”, é demonstrar que todas as dezesseis palavras-chave conformam uma mulher obediente, à serviço da teologia tradicional patriarcal. Mesmo ocupando baixíssima posição de destaque, empregam com força magistral o papel de Maria: uma serva de Deus que foi obediente ao plano de salvação. O mistério de Maria em Cristo, sua função de mediadora da humanidade e sua assunção ao céu, dá a força simbólica necessária à Mãe de Deus, de forma a obrigar que todas as mulheres sigam esse modelo de perfeição. Essa linguagem se perpetua, em discursos às mulheres, em todos os ritos de solenidade à Maria, assim como em cantos, bem como nas aparições Marianas¹⁴. Há sempre uma proposta fixa de mostrar Maria de Nazaré, seja na mulher de ontem, na mulher de hoje e como projeção da mulher do amanhã. Isso nada mais é do que mostrar a quem se deve servir e a quem se deve obedecer, que no caso é a esses documentos pontifícios. Por isso, não se pode desconsiderar, a ausência das mulheres como um todo, dentro

¹³ Fiorenza sugeriu que ao invés de mariologia, devemos construir uma nova mariologia, por isso troca a forma convencional que é escrita desde sempre. Cf. Elisabeth S. FIORENZA (2009).

¹⁴ “Há sem dúvida, uma cooptação do poder de Maria aos poderes sagrados masculinos. Em geral, nas aparições, ela sempre pede que se construam igrejas ou capelas, que se reze o terço ou o rosário, que se façam sacrifícios ou penitências, etc. [...] os hierarcas fazem crer ao povo que as ordens dadas pela igreja em relação a uma diversidade de assuntos controvertidos são ordens ou desejos de Maria. [...] Projetam nela a antropologia e a ordem social que desejam instaurar nas relações humanas sem levar em conta o pluralismo de contextos e situações e, sobretudo, os sofrimentos reais da população e especialmente das mulheres” (Ivone GEBARA, 2009 p. 14).



de um todo e que sofrem de um tudo. Essas continuam à margem desse discurso católico, uma vez que, ele se configura dentro dos interesses da Igreja, sob o matrimônio, a maternidade e a virgindade das mulheres.

Na teologia tradicional masculina, dar o seu sim a Deus, implica ser obediente aos seus desígnios e colocar-se como serva do Senhor. Se a Igreja é a representação de Cristo, o Senhor da história e o sacerdote fala na pessoa de Cristo (CIC § 1547 2 1558), logo a Igreja tem o poder da Palavra de Deus, implicando ao fiel segui-la. Dizendo em outras palavras: Deus diz à Igreja que diz as mulheres que elas devem ser somente como foi Maria e como dizem os homens que ela foi. A teologia feminista diz que: Maria é parte de uma construção masculina, de uma hermenêutica masculina, que fala de corpos femininos, durante milhares de anos na história da humanidade.

Para sedimentar a representação de gênero na ótica da Igreja Católica não podemos esquecer do que diz Maria Cecília de Souza Minayo (2009) que: as concepções das classes dominantes abrangem elementos do passado e projetam para o futuro, o que, normalmente, reproduzem dominação, no caso aqui, a dominação da mulher, submetendo-a a um único modelo. Como já foi dito acima, isso passa pela linguagem.

Se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada, porém, é a *linguagem*, tomada como forma de conhecimento e de interação social (Maria Cecília de Souza MINAYO, 2009 p. 108).

Essas questões todas são parte de uma estrutura patriarcal que se mantém no modo celular, ou seja, é vital para a sobrevivência do corpo institucional. Como já foi dito anteriormente, a família é a célula principal dessa estrutura, é o núcleo que ordena os componentes estruturais, pois é a família que traz organicidade social e liga tudo com todos. Por isso é defendida por muitos, especialmente, pela Igreja, com destaque ao matrimônio e à maternidade como fundamento do plano de Deus ao homem e à mulher. É importante dizer que, a apresentação crítica dessas palavras não configura um desmonte da família, mas é, sem sombra de



dúvidas, para dizer que: as mulheres não devem ser o trampolim para o processo de dominação e luta de poder, cuja finalidade é manter a estrutura patriarcal que hierarquiza as pessoas.

Essa epistemologia católica cristã, unilateral é altamente clerical, androcêntrica, conservadora, tradicionalista e patriarcal, com o agravante, já denunciado pelo Papa Francisco, do arrefecimento do clericalismo¹⁵ como o mal dos tempos modernos. Ademais, basta saber que, até o presente momento não há nenhuma mudança concreta, dentro da Igreja Católica, que cause inferência na vida das mulheres em relação ao papel e ao espaço que ocupam. Nem mesmo em *Amoris Laetitia*, o Papa Francisco conseguiu sair do campo das constatações de marginalidade ou dominação às mulheres, o que na prática pouco pode mudar. Em *Evangelii Gaudium*, mesmo que, no parágrafo 103, dê ênfase à indispensável e peculiar contribuição da mulher à sociedade, reconhecendo que é preciso ampliar os espaços às mulheres de forma mais incisiva, até mesmo dentro da Igreja, pode significar muito pouco, se isso permanecer somente no documento, sem alterar a vida real e concreta das mesmas. Todavia não inaugura virada teológica em relação ao Papa João Paulo II, quando diz da “especial solicitude feminina pelos outros, que se exprime de modo particular, mas não exclusivamente, na maternidade”. Ora, a visão assimétrica da Igreja, com relação às mulheres, é sempre do cuidado com o outro; o outro está sempre em primeiro lugar. E como ficam elas, as mulheres múltiplas, plurais no campo psico-social-econômico-geográfico-cultural e religioso? Quando serão abordadas suas vidas, suas realidades e suas dificuldades?

Denunciar a marginalização, a exclusão, a violência e o abuso sexual por elas sofridos não faz dos últimos três Papas construtores de novas perspectivas para as mulheres e muito menos do fim da dominação masculina sobre o feminino. Desejar que as mulheres sejam respeitadas e não exploradas ou violentadas não resolve as desigualdades de gê-

¹⁵ Sobre isso, pode-se ler o artigo publicado pela Unisinos: “O Papa aos bispos: não ao clericalismo; ele provoca abusos sexuais e de poder”. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582578-o-papa-aos-bispos-nao-ao-clericalismo-ele-provoca-abusos-sexuais-e-de-poder>>. Acesso em: 28/03/2019.



nero, assim como não resolve as inúmeras violências sofridas por elas, especialmente, no Brasil dos últimos meses¹⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além disso, os fundamentalismos políticos e religiosos estão com os olhos abertos para reafirmar a subordinação das mulheres como exigência da ordem social e da ordem divina. (Ivone GEBARA, 2017a, p. 65)

Para manter a estrutura patriarcal segue-se estruturando o discurso do matrimônio, da maternidade, do cuidado, do serviço ao outro e da virgindade. Espera-se que o *gênio feminino* se atenha ao quesito da “serva” que “obedece”, que com seu sim, silenciaram-na, se comparada a história dos homens, mas que hoje espera-se que traga à humanidade, uma nova harmonia aos povos. Se o *gênio da mulher* está à serviço do outro, podemos perguntar: de que outro? Com que outro? Por esse outro, como ficamos? Por que não podemos, homens e mulheres, sermos mais que isso, sermos além desses padrões, mudando ou transformando as relações sociais e religiosas de maneira mais aberta, mais coletiva? Por que a tradição bíblica cristã não rompe com o modelo hierárquico aos moldes do próprio Cristo?

Na tradição bíblica dos homens, desde as origens, ignora-se que, na aparente desobediência do paraíso, a mulher buscou e continua a buscar, o conhecimento sobre a vida e seu lugar nela, o seu respeito, o seu valor a sua real dignidade com equidade. Assim seguem as mulheres feministas, as teólogas feministas, por uma nova hermenêutica que estabeleça o seu lugar na história, como partícipes fundamentais da história humana. Para tanto, a igualdade precisa ser reconhecida de fato, a começar por novos documentos às mulheres, depois dentro das instituições religiosas, possibilitando que elas ocupem os mais variados espaços, sem que se sintam fantoches de prelados, mas, essencialmente, tenham o direito ao sacerdócio feminino, com suas características, com

¹⁶ Situação que podemos confirmar, segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-02/numero-de-assassinatos-de-mulheres-no-brasil-em-2019-preocupa-cidh>>. Acesso em: 28/03/2019.



suas riquezas próprias, ordenando e organizando a proposta de viver, de forma complementar. Como é possível que se defenda a igualdade com dignidade, se nem mesmo no interior da Igreja isso ocorre? Como é possível falar de reciprocidade dos sexos, de complementaridade, somente numa compreensão marital e não institucional? Teoria e prática não se apartam, mas sim devem estar na unicidade, na organicidade das relações e, por que não, num novo conceito de *unidade dos dois*?

Infelizmente, para que se mantenha o poder masculino, alguns mecanismos são necessários, seja no sistema político ou no religioso. Mesmo que possa haver, no catolicismo, algum nível de inconsciência às desigualdades de gênero e esse processo estrutural e estruturante, deverá chegar a hora da Igreja Católica enxergar melhor as mulheres, observando que sua marginalidade e dominação servem a esse esquema da cultura patriarcal, na qual a própria religião tem seus tentáculos. Ademais, para manter esse poder basta que se continue a apresentar Maria, totalmente subserviente e, acima de tudo obediente, o que manterá à Igreja em contínua “afinidade eletiva¹⁷” com esse sistema que domina, explora e violenta as mulheres. Caberá, num futuro próximo, libertá-las desse quadro, libertando-se desse espírito ético, da “serva obediente” que mais reprime e limita as mulheres. Essa libertação deverá partir de dentro da própria instituição, dando voz e vez para muitas mulheres competentíssimas que ainda estão tentando fazer com que os pontífices as enxerguem a tempo.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem***: sobre a dignidade e a vocação da Mulher; 6ª Edição, Editora Paulinas – São Paulo, SP

JOÃO PAULO II. **Carta do Papa João Paulo II Às Mulheres**. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1995/documents/hf_jp-ii_let_29061995_women.html>. Acesso em: 18/04/2017.

JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica *Ordinatio Sacerdotalis***: sobre a Ordenação sacerdotal reservada somente aos homens. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1985/documents/hf_jp-ii_let_1985_06_03_ordinatio_sacerdotalis.html>.

¹⁷ Na perspectiva weberiana explicitada na obra *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (Max WEBER, 2004).



-ii/pt/apost_letters/1994/documents/hf_jp-ii_apl_19940522_ordinatio-sacerdotalis.html>. Acesso em: 05/03/2018.

JOÃO PAULO II. **Carta do Papa João Paulo II** Às famílias. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1994/documents/hf_jp-ii_let_02021994_families.pdf>. Acesso em: 12/03/2018.

JOÃO PAULO II. **Exortação Apostólica Familiares Consortio**. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio.pdf>. Acesso em: 05/03/2018.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Redemptoris Mater**: sobre a bem-aventurada Virgem Maria na vida da Igreja que está a caminho. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031987_redemptoris-mater.pdf>. Acesso em: 05/03/2018

JOÃO PAULO II. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Loyola, 2000.

RATZINGER, Joseph Card. **Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo**. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html>. Acesso: 05/03/2018.

PAPA FRANCISCO. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Amoris Laetitia**: sobre o amor na família. São Paulo: Paulinas, n. 202, 2016.

PAPA FRANCISCO. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>. Acesso em: 29/05/2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEIFELT, Wanda. **Os primeiros passos de uma hermenêutica Feminista: a Bíblia das Mulheres, editada por Elisabeth Cady Stanton**. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/955>. Acesso em: 07/05/2018.

FIORENZA, Elisabeth S. O rei está nu: autocompreensão ekklesial democrática e auto-ridade romana Kyriocrática. In: **Olhares feministas sobre a Igreja Católica**. São Paulo: CDD, nº 9, 2001, pp. 45-56.

FIORENZA, Elisabeth S. Mariologia, ideologia de gênero e o discipulado de iguais. In: DOMEZI, Maria Cecília; BRANCHER, Mercedes (Orgs.). **Maria entre as mulheres: perspectivas de uma Mariologia feminista libertadora**. São Leopoldo: CEBI, 2009, pp. 27-53.

GEBARA, Ivone. **Filosofia feminista: Uma brevíssima introdução**. São Paulo: Terceira Via, 2017a.



GEBARA, Ivone. **Mulheres, religião e poder**: ensaios feministas. São Paulo: Terceira Via, 2017b.

GEBARA, Ivone. Uma leitura feminista da Virgem Maria. In: DOMEZI, Maria Cecília; BRANCHER, Mercedes (Orgs). **Maria entre as mulheres**: perspectivas de uma Mariologia feminista libertadora. São Leopoldo: CEBI, 2009, pp. 9-26.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**. Uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.

HUNT, Mary E. Nós mulheres somos Igreja. In: **Olhares feministas sobre a Igreja Católica**. São Paulo: CDD, n° 9, 2001, pp. 57-75.

KOFES, Suely. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: Disjunções, conjunções e mediações. **Cadernos Pagu**, n. 1, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1678/0>>. Acesso em: 21/03/2018.

LAGARDE, Marcela. La multidimensionalidade de la categoria gênero y del feminismo. Disponível em: <<http://capacitacion.hcdn.gob.ar/wp-content/uploads/2015/12/lagarde.pdf>>. Acesso em: 15/03/2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009, pp. 89-111.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 20/01/2017.

SOUZA, Sandra D. e SANTOS, Naira P. (Orgs.). **Estudos Feministas e Religião**: tendências e debate - Vol. 2. Curitiba: Primas, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, 2015.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.